

Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista



PROJETO DE Lei nº 32-67

Assunto *AutORIZA convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior para cessão de prédio escolar*
Distribuído à Comissão *Justiça, Finanças, Educação e Saúde*

Primeira Discussão *Aprovado em 18/10/1967. José de Souza*

Segunda Discussão *Aprovado em unanimidade em 27-10-967. José de Souza*

Redação Final *Dispensada. Ar. João Carlos de Almeida*

Observações: *Lei nº 878, de 30/outubro/1967*

Secretaria da Câmara Municipal, em *22 de setembro de 1967*

(CÓPIA)

PROJETO DE LEI Nº 32/67

ASSUNTO:- AUTORIZA CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR
PARA CESSÃO DE PRÉDIO ESCOLAR

PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA

Gabinete do Prefeito

Nº-CM-80/67

Bragança Paulista, 21 de setembro de 1967

Exmo. Sr.

José de Lima

DD. Presidente da Câmara Municipal da Estância de
Bragança Paulista

Para a devida apreciação dessa Colenda Câmara, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. o incluso projeto de lei que versa sobre autorização para esta Prefeitura firmar convênio com a Fundação / Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista no sentido de ceder, em comodato, o prédio escolar de propriedade do Município, localizado no bairro da Água Comprida, para nele ser instalado um Grupo Escolar Rural.

Como V. Excia. e os demais senhores vereadores poderão verificar no próprio projeto de lei em tela, no seu artigo 2º, a Fundação Municipal de Ensino Superior sob a sua responsabilidade, instalará um Grupo Escolar Rural, cuidando de sua direção, provimento e funcionamento.

Informo, também, que o mencionado Grupo Escolar servirá de campo experimental e estágio para o ~~Curso~~ de Pedagogia, curso este que será instalado pela Fundação Municipal de Ensino Superior, bem como constituirá um dos elementos necessários à aprovação do processo de registro da mesma Fundação no Conselho Estadual de Educação.

Tratando-se de um assunto que requer urgência, solicito de V. Excia. e de seus nobres Pares observem na sua tramitação o prazo estabelecido na parte final do parágrafo 2º do artigo 21 da Lei nº- 9.205, de 28 de dezembro de 1965.

Sem outro motivo, reitero a V. Excia. e aos demais dignos senhores Edis os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas Saudações

Dr. Lourenço Quilici

Prefeito Municipal

Anexo:1 ofício da Fund.Municipal de
Ensino Superior.

- segue -

"Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista.

Bragança Paulista, 21 de setembro de 1967.

Exmo.Sr. Dr.Lourenço Quilici

DD.Prefeito Municipal

Saudações

A Diretoria da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista dirige-se a V.Excia. para expor o que segue:

Foi apresentado, ao Conselho Estadual de Educação, o Processo referente à instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bragança Paulista. Designada, como Relatora do mesmo, a Dra. Estheř de Figueiredo Ferraz, apreciou a contextura do Processo, mas fez objeção no que tange à situação do Ensino Primário em nossa região, dando que o Conselho Estadual tem por norma condicionar a Autorização para funcionamento de Faculdades ao bom provimento da faixa do Ensino Primário nos lugares em que se postula o funcionamento de escolas de nível superior.

Em virtude da citada objeção, o nosso pedido de Autorização foi indeferido, em primeira instância.

Esta Direção, por isso, procurou, imediatamente, entrar em contato direto com a Relatora do Processo, para, em diálogo, estudar a possibilidade de transpor a dificuldade apresentada.

Fizemos sentir, à Eminente Relatora, o interêsse substancial dêste Município pelo Ensino Primário, em especial, as medidas tomadas pela atual administração municipal.

Bem recebidas nossas considerações, Dra.Esther de Figueiredo Ferraz sugeriu que, para enriquecer nossa argumentação diante dos demais membros do Conselho Estadual de Educação e da Câmara do Ensino Superior, nos comprometêssemos a instalar, simultâneamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma escola primária, a saber, um Grupo Escolar Rural que viesse colaborar na deficiência da alfabetização, que é problema em todo o País, e, além disso, servisse de campo experimental e estágio para o Curso de Pedagogia, um dos que serão instalados na Faculdade em questão.

Aceitamos, em princípio, a sugestão, sujeita a posterior confirmação, desde que obtivêssmos, em convênio com o Município, os instrumentos necessários para a instalação.

Sabemos, por outra, que V.Excia. acaba de construir excelente prédio escolar primário, no bairro de Água Comprida. Tivemos já oportunidade de verificar "in loco" as condições do referido prédio: presta-se, magnificamente, para as finalidades propostas pelo Conselho Estadual à Fundação Municipal de Ensino Superior.

Diante do exposto, propomos a V.Excia. aceitar entrar em convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista, cedendo o prédio escolar do Bairro de Água Comprida para que esta Fundação nele instale um Grupo Escolar Rural, cuja direção, provimento e funcionamento ficarão sob a responsabilidade desta mesma Fundação.

Aguardando pronunciamento de V.Excia., subscrevo-me, servindo-me, outrossim, da oportunidade para lhe manifestar sentimentos de elevada estima e de admiração.

as) Pe. João Baptista Zecchin
Diretor-Presidente da F.M.E.S.B.P."

(CÓPIA)

= PROJETO DE LEI Nº 32/67

Dispõe sobre autorização para firmar convênio com a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAULISTA para cessão de prédio escolar.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA DECRETA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a firmar convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista para cessão, em comodato, do prédio de propriedade do Município, situado no bairro da Água Comprida, para instalação de um Grupo Escolar Rural.

ARTIGO 2º - A Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista se obriga, sob a sua responsabilidade, a instalar, prover e manter em funcionamento, o estabelecimento de ensino primário referido no artigo anterior.

ARTIGO 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

as) DR. LOURENÇO QUILICI
PREFEITO MUNICIPAL.

ÀS COMISSÕES DE JUSTIÇA, FINANÇAS, EDUCAÇÃO E CULTURA, para os devidos fins.- Sala das Sessões, 22/9/967 -
JOSÉ DE LIMA - PRESIDENTE DA CÂMARA -

PARECERES CONJUNTO - COMISSÕES DE JUSTIÇA E FINANÇAS:

PARECER AO PROJETO N.32/67

- 1 - Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Per faz-se com a tradição do objeto. É a definição do Código Civil, artigo 1.248, ipsis verbis.
- 2 - O município tem todo o interesse na educação elementar, o que demonstra com a instalação de grupos escolares. E, passou a interessar-se pela educação superior, o que demonstra com a criação da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista.

Ambas as elevadas e nobres preocupações municipais são visadas com o projeto, uma vez que sem sua aprovação não se conseguirá instalar qualquer escola de ensino superior sob a égide da Fundação que não visa lucro algum. Dessa maneira, o projeto tem por objeto o ensino elementar e, também, o superior, a aquele totalmente gratuito e este parcamente remunerado, uma vez que se destina aos que, estando capacitados, podem pouco. Não vejo como opôr-me à proposição, com único reparo do artigo 1.250 do C.Civil: o prazo do comodato. Poderá ser fixado em data certa, e poderá condicionar-se à presença da necessidade para o uso concedido. A Câmara estudará a conveniência de emenda com prazo determinado, ou concluirá que o comodato deve persistir enquanto persistir a necessidade para cuja solução é sugerido.

Em, 26 de setembro de 1967.

as) CONRADO STEFANI - Membro -

as) Esdras Linardi - Membro -

as) Mario Russo - Membro -

as) Rene La Salvia - Membro -

De acordo.

as) Clovis Moraes Carvalho - C/Finanças -27/9/67

PARECER EM SEPARADO - Projeto Nº 32/67:

- 1 - Não consta do presente processo a prova de que a "Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista" esteja legalmente registrada, para efeito de aquisição da qualidade de pessoa jurídica.
- 2 - Em consequência, não consta também o Estatuto de tal Fundação.

- 2 - O COMODATO é de natureza gratuita, portanto, não deixa de ser em tese uma renúncia de direito.

Daí, não poder o Executivo autorizar a cessão em comodato, de um bem público, já com destinação determinada, e de alta significação, sem a certeza de que a finalidade do ÓRGÃO mencionado possa ter condições, para atingir as finalidades constantes do presente processo.

Dentre tais condições, ressalta-se com preponderância o alcance do seu patrimônio, ou de sua fonte de receita. Por outro lado, podemos observar o seguinte:

A)- No relatório do Padre João Batista Zecchin se fala "em colaborar na deficiência da alfabetização". Deve ter aí um erro de expressão, pois a colaboração se deve fazer no sentido de eliminar ou enfraquecer a deficiência de alfabetização.

B)- Consta do parecer ao projeto nº 32/67, da nobre Comissão de Justiça e Redação que "a Câmara estudará a conveniência de emenda com prazo determinado, ou concluirá que o comodato deve persistir enquanto persistir a necessidade para cuja solução é sugerido".

- 3 - Ora, ensina o eminente Hely Lopes Meirelles, pág.99, I vol. do Direito Municipal Brasileiro, editora Revista dos Tribunais, edição de 1964, "que é facultada a revogação sumária da concessão a qualquer tempo, desde que o Poder Público competente entenda conveniente aos superiores interesses da coletividade a cessação ou a modificação de tal situação".

- 4 - Deste modo é necessário esclarecer que o COMODATO deve ser expressamente de caráter precário, e assim, somos pela rejeição do presente projeto, com restrição de que poderemos examiná-lo novamente se forem anexados documentos competentes.

Em, 5 de outubro de 1967

as) Hafiz Abi Chedid - Membro -

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

De acordo com o projeto.

Em, 6/10/967 - as) Francisco Sanches - Membro -

1- Reitero parecer que dei na Comissão de Justiça referente a modo de solucionar problema de aflição sobrevivência das gerações desprotegidas: a dos que devem saber ler e escrever.

2- Os fundamentos jurídicos não foram invalidados e a excelência do problema sobrepõe-se a qualquer consideração, mormente àquela que, aconselhando a rejeição do projeto, quer dizer, em última análise, que o brasileiro não deve ser alfabetizado e deve ser mantido perdido na escuridão.

Em, 6/10/67 - as) Conrado Stefani - Membro -

as) Clovis Moraes Carvalho - Membro -



Prefeitura Municipal da Estância de Bragança Paulista

GABINETE DO PREFEITO

N.º CM-8067.

Bragança Paulista, 21 de setembro de 1967.

Exmo. Sr.

JOSÉ DE LIMA

DD. Presidente da Câmara Municipal da Estância de
BRAGANÇA PAULISTA

Para a devida apreciação dessa Colenda Câmara, tenho a honra de passar às mãos de V. Excia. o incluso Projeto de lei que versa sobre autorização para esta Prefeitura firmar convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista no sentido de ceder, em comodato, o prédio escolar de propriedade do Município, localizado no bairro da Água Comprida, para nele ser instalado um Grupo Escolar Rural.

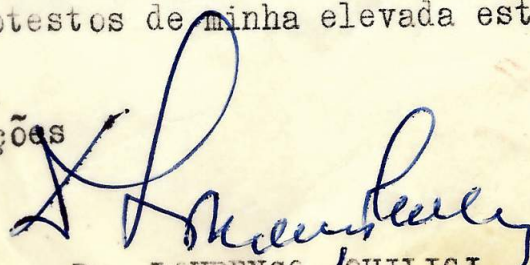
Como V. Excia. e os demais senhores Vereadores poderão verificar no próprio projeto de lei em tela, no seu artigo 2º, a Fundação Municipal de Ensino Superior, sob a sua responsabilidade, instalará um Grupo Escolar Rural, cuidando de sua direção, provimento e funcionamento.

Informo, também, que o mencionado Grupo Escolar servirá de campo experimental e estágio para o Curso de Pedagogia, curso este que será instalado pela Fundação Municipal de Ensino Superior, bem como constituirá um dos elementos necessários à aprovação do Processo de registro da mesma Fundação no Conselho Estadual de Educação.

Tratando-se de um assunto que requer urgência, solicito de V. Excia. e de seus nobres Pares observem na sua tramitação o prazo estabelecido na parte final do parágrafo 2º do artigo 21 da Lei nº 9.205, de 28 de dezembro de 1965.

Sem outro motivo, reitero a V. Excia. e aos demais dignos senhores Edis os protestos de minha elevada estima e distinta consideração.

Atenciosas Saudações


Dr. LOURENÇO QUILICI
Prefeito Municipal

Anexo: 1 ofício da Fund. Municipal de Ensino Superior.

Fundação Municipal

DE BRAGANÇA PAULISTA

de Ensino Superior

TRAVESSA RIACHUELO, 27 — FONE, 658

Bragança Paulista, 21 de setembro de 1967.

Exmo. Sr.

Dr. Lourenço Qulici,

DD. Prefeito Municipal.

Saudações.

A Diretoria da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista dirige-se a V. Excia. para expor o que segue:

Foi apresentado, ao Conselho Estadual de Educação, o Processo referente à instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Bragança Paulista. Designada, como Relatora do mesmo, a Dra. Esther de Figueiredo Ferraz, apreciou a contextura do Processo, mas fez objeção no que tange à situação do Ensino Primário em nossa região, dado que o Conselho Estadual tem por norma condicionar a Autorização para funcionamento de Faculdades ao bom provimento da faixa do Ensino Primário nos lugares em que se postula o funcionamento de escolas de nível superior.

Em virtude da citada objeção, o nosso pedido de Autorização foi indeferido, em primeira instância.

Esta Direção, por isso, procurou, imediatamente, entrar em contato direto com a Relatora do Processo, para, em diálogo, estudar a possibilidade de transpor a dificuldade apresentada.

Fizemos sentir, à Eminente Relatora, o interesse substancial deste Município pelo Ensino Primário, em especial, as medidas tomadas pela atual administração municipal.

Bem recebidas nossas considerações, Dra. Esther de Figueiredo Ferraz sugeriu que, para enriquecer nossa argumentação diante dos demais membros do Conselho Estadual de Educação e da Câmara do Ensino Superior, nos comprometêssemos a instalar, simultaneamente com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, uma escola primá-

Fundação Municipal
DE BRAGANÇA PAULISTA
de Ensino Superior

TRAVESSA RIACHUELO, 27 — FONE, 658 dos na Faculdade em questão.

Aceitamos, em princípio, a sugestão, sujeita a posterior confirmação, desde que obtivéssemos, em convênio com o Município, os instrumentos necessários para a instalação.

Sabemos, por outra, que V. Excia. acaba de construir excelente prédio escolar primário, no bairro de Água Comprida. Tivemos já oportunidade de verificar "in loco" as condições do referido prédio: presta-se, magnificamente, para as finalidades propostas pelo Conselho Estadual à Fundação Municipal de Ensino Superior.

Diante do exposto, propomos a V. Excia. aceitar entrar em convênio com a Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Paulista, cedendo o prédio escolar do Bairro de Água Comprida para que esta Fundação nele instale um Grupo Escolar Rural, cujas direção, provimento e funcionamento ficarão sob a responsabilidade desta mesma Fundação.

Aguardando pronunciamento de V. Excia., subscrevo-me, servindo-me, outrossim, da oportunidade para lhe manifestar sentimentos de elevada estima e de admiração,

Pe. João Baptista Zecchin
Pe. João Baptista Zecchin

Diretor-Presidente da F.M.E.S.B.P.

PROJETO DE LEI N. 32-67

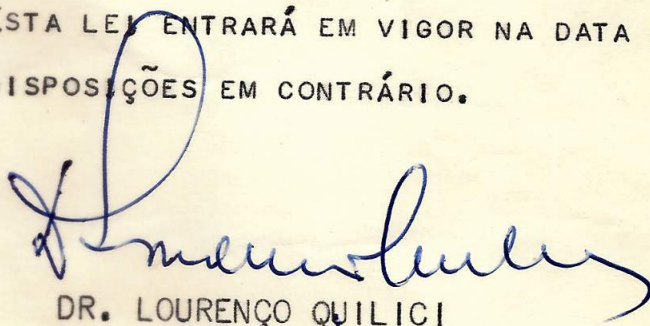
DISPÕE SÔBRE AUTORIZAÇÃO PARA FIRMAR CONVÊNIO COM A -
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAU-
LISTA PARA CESSÃO DE PRÉDIO ESCOLAR.

A CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE BRAGANÇA PAULISTA -
DECRETA E EU, PREFEITO MUNICIPAL, PROMULGO A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - FICA A PREFEITURA MUNICIPAL AUTORIZADA A
FIRMAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRA-
GANÇA PAULISTA PARA CESSÃO, EM COMODATO, DO PRÉDIO DE PROPRIEDADE-
DO MUNICÍPIO, SITUADO NO BAIRRO DA ÁGUA COMPRIDA, PARA INSTALAÇÃO-
DE UM GRUPO ESCOLAR RURAL.

ARTIGO 2º - A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR -
DE BRAGANÇA PAULISTA SE OBRIGA, SOB A SUA RESPONSABILIDADE, A INS-
TALAR, PROVER E MANTER EM FUNCIONAMENTO, O ESTABELECIMENTO DE ENSI-
NO PRIMÁRIO REFERIDO NO ARTIGO ANTERIOR.

ARTIGO 3º - ESTA LEI ENTRARÁ EM VIGOR NA DATA DE SUA-
PUBLICAÇÃO, REVOGADAS AS DISPOSIÇÕES EM CONTRÁRIO.



DR. LOURENÇO QUILICI

PREFEITO MUNICIPAL

Co. de JUSTIÇA, e FINANÇAS, Saúde, Educação e Ar. José

ara o

Sala das Sessões, 22 / 9 / 1967


Presidente da Câmara Municipal



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.

Parecer ao Projeto n.32/67.

1. Comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis. Per - faz-se com a tradição do objeto. É a definição do Código Ci - vil, artigo 1.248, *ipsis verbis*.

2. O município tem todo o interesse na educação elementar, o que demonstra com a instalação de grupos escolares. E, passou a in - teressar-se pela educação superior, o que demonstra com a cria - ção da Fundação Municipal de Ensino Superior de Bragança Pau - lista.

Ambas as elevadas e nobres preocupações municipais são visadas com o projeto, uma vez que sem sua aprovação não se conseguirá instalar qualquer escola de ensino superior sob a égide da Fundação que não visa lucro algum. Dessa maneira, o projeto tem por objeto o ensino elementar e, também, o superior, aquele total - mente gratuito e este parcamente remunerado, uma vez que se des - tina aos que, estando capacitados, podem pouco.

Não vejo como opôr-me à proposição, com único reparo do artigo 1.250 do C.Civil : o prazo do comodato. Poderá ser fixado em da - ta certa, e poderá condicionar-se à presença da necessidade para o uso concedido. A Câmara estudará a conveniência de emenda com prazo determinado, ou concluirá que o comodato deve persistir enquanto persistir a necessidade para cuja solução é sugerido.

Em 26.9.67

Amador

Edmar L. Rinaldi

26-9-67

De acordo

[Signature]

27.9.67

Rene Roberto L. Salvo



Câmara Municipal de Bragança Paulista

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.º

P R O J E T O Nº 32/67

1. Não consta do presente processo a prova de que à "FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ENSINO SUPERIOR DE BRAGANÇA PAULISTA" esteja legalmente registrada, para efeito de aquisição da qualidade de pessoa jurídica.

Em consequência, não consta também o ESTATUTO DE TAL FUNDAÇÃO.

2. O COMODATO é de natureza gratuita, portanto, não deixa de ser em tese uma renúncia de direito.

Dai, não poder o Executivo autorizar a cessão em comodato, de um bem público, já com destinação determinada, e de alta significação, sem a certeza de que a finalidade do ÓRGÃO mencionado possa ter condições, para atingir as finalidades constantes do presente processo.

Dentre tais condições, ressalta-se com preponderância o alcance do seu patrimônio, ou de sua fonte de receita. Por outro lado, podemos observar o seguinte:

- A) No relatório do Padre João Batista Zecchim se fala "em colaborar na deficiência da alfabetização". Deve ter aí um erro de expressão, pois a colaboração se deve fazer no sentido de eliminar ou enfraquecer a deficiência de alfabetização.
 - B) Consta do Parecer ao Projeto nº 32/67, da nobre Comissão de Justiça e Redação que "a Câmara estudará a conveniência de emenda com prazo determinado, ou concluirá que o comodato deve persistir enquanto persistir a necessidade para cuja solução é sugerido".
3. Ora, ensina o eminente Hely Lopes Meirelles, pág. 99, I vol. do Direito Municipal Brasileiro, editora Revista dos Tribunais, edição de 1964, "que é facultada a revogação sumária da concessão a



Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista

Comissão de Justiça e Redação

Bragança Paulista, de de 196.....

Parecer N.

fls.2

a qualquer tempo, desde que o Poder Público competente entenda conveniente aos superiores interesses da coletividade a cessação ou a modificação de tal situação".

4. Deste modo é necessário esclarecer que o COMODATO deve ser expressamente de caráter precário, e assim, somos pela rejeição - do presente projeto, com restrição de que poderemos examina-lo novamente se forem anexados documentos competentes.

Bragança Paulista, 5 de outubro de 1.967.



HAFIZ ABI CHEDID



Câmara Municipal de Bragança Paulista

Comissão de Educação, Saúde e Assistência Social

Bragança Paulista, de de 196

Parecer N.º

De acordo com o projeto
Francisco Santos
6 - 10 - 67

Parecer

1. Reitero parecer que lei na Câmara de Justiça, de frente a modo de solucionar problema de afluência retinência das guerras desprotegidas: a dos que deum saber ler e escrever.
2. Os fundamentos jurídicos não foram invalidados e a exclusão do problema sobre pie - e a qualquer consideração, momento a quala que, aconselhando a



refeições de lanche, quer dizer,
uma alimentação adequada que o brasileiro
não tem por alfabetizado e deve
ser mantido perdido na escuridão.
Em 6.10.67

Assado

Em 10-10-67